

OPRESSÃO, VIOLÊNCIA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA: RESISTÊNCIA E EDUCAÇÃO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

OLIVEIRA, Aroldo Magno de – UFF – mmagno@vm.uff.br

YAMASAKI, Alice Akemi – UFF – alice-yamasaki@vm.uff.br

Resumo: O presente trabalho trata da relação dos pressupostos da Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire com o atual contexto de opressão e violência, caracterizado principalmente pela criminalização da pobreza e dos movimentos sociais populares através dos veículos de comunicação de massa. Essa articulação busca evitar a organização coletiva nas periferias urbanas e no campo disseminando a insegurança e a desconfiança mútua, de modo a fragilizar o tecido social. Portanto, apresenta-se uma nova configuração da opressão, agora exercida pelos grandes meios de comunicação de massa, ou seja, a oligarquia brasileira, donos dos meios de comunicação privados e gestores de TVs e rádios estatais, além de interditar a concessão de TVs e rádios alternativos, dissemina de forma cada vez mais sofisticada a ideologia do opressor. No entender de Paulo Freire, a opressão é exercida na medida em que se absorve o medo da liberdade, decorrente da hospedagem de uma consciência opressora. E, onde está /como encontrar a resistência? Práticas históricas de resistência e oposição encontram-se presentes entre os diversos movimentos coletivos e sociais que acreditam e constroem um outro mundo possível. No caso da educação e de práticas pedagógicas, chama a atenção o projeto educativo do Movimento dos Atingidos por Barragens, movimento social associado à Via Campesina. Apoiado em princípios e valores do próprio movimento e em princípios pedagógicos construídos a partir desses, o MAB enfrenta a força da consciência opressora questionando em sua luta o modelo energético das hidrelétricas adotado pelo Brasil. Para tanto, apóia-se na educação como processo de conscientização e proposição de alternativas às práticas de exclusão social.

Palavras-chave: meios de comunicação; ideologia; educação; Movimento dos Atingidos por Barragens.

Abstract: This work deals with the relationship of the basic assumptions of Pedagogy of the Oppressed, Paulo Freire with the current context of oppression and violence, mainly characterized by the criminalization of poverty and social movements through the popular vehicles of mass communication. The basic feature of this joint quest to prevent the collective organization of the poorest of our people in urban neighbourhoods and field spreading insecurity and mutual suspicion, in order to weaken the social fabric. Therefore, it presents a new configuration of oppression, were previously held by instances of political power-party, now is exercised by the major means of mass communication, namely the Brazilian oligarchy, the media owners and managers of private TVs and radios state, and interditar the granting of TVs and radios alternative, spread of increasingly sophisticated form the ideology of the oppressor. In the opinion of Paulo Freire, the oppression is exercised in that it absorbs the fear of freedom, arising from the hosting of an awareness oppressive. And where is / how to find the strength? If, on the one hand is living a period of strengthening of policies and principles of neoliberalism, on the other hand, are also historical practices of resistance and opposition, especially among the various groups and social movements that believe and build another possible world . In the case of education and teaching practices, draws attention to the educational project of the Movement of Affected by Dams, social movement linked to Via Campesina. Building on principles and values of the movement itself and in educational principles constructed from these, the MAB faces the force of conscience in their fight oppressive questioning the model adopted by the hydroelectric energy from Brazil. To that end, supports itself in education as a process of awareness and propose alternatives to the practices of social exclusion.

Keywords: media; ideology; education; MAB

1 - Introdução

Os atuais processos de “modernização” da sociedade, através de uma inserção das novas tecnologias no cotidiano do mundo produtivo e da comunicação entre as pessoas, vêm intensificando formas de interação que priorizam o consumo e a ânsia do ter sobre o reconhecimento da dignidade e da solidariedade humana. Tal necessidade de consumo, de diferentes bens materiais e de satisfação humana, não têm se intimidado diante das dificuldades de oportunidade e acesso: vidas têm-se perdido diante das necessidades imediatas de consumo através das diferentes formas de roubos, seqüestros e homicídios, sendo agravados por casos de filhos explorando e matando pais, netos atacando avós. São situações extremas da relação humana que demonstram uma fragmentação e fragilidade do tecido social atual.

Observando com um pouco mais de atenção os noticiários veiculados pela grande imprensa brasileira, associando-os às cobranças sobre a ação da segurança pública, pode-se observar uma ênfase na veiculação de iniciativas de endurecimento junto às camadas mais pobres dos centros urbanos, por meio de divulgação enfática à realização das operações policiais. São focalizadas as áreas onde vivem os grupos sociais mais empobrecidos da sociedade, como é o caso das intervenções policiais do Rio de Janeiro junto aos morros e favelas das áreas menos nobres da cidade. Um dos períodos em que se evidenciou a relação repressão policial e pobreza foi na realização dos Jogos Panamericanos em 2007, quando se requisitou a presença da Força Nacional de Segurança para que houvesse maior tranquilidade na cidade de modo a garantir a integridade dos participantes daquele evento. Os soldados da Força Nacional ficaram distribuídos nas áreas mais pobres da cidade e que apresentassem possibilidade de contato com os espaços destinados aos Jogos.

Esse olhar construído e insistentemente veiculado não vem contribuindo para fortalecer no ser humano a necessidade de aproximação e solidariedade, o que nos leva a questionar o papel que os meios de comunicação vêm exercendo nos processos de fragilização do tecido social. Nesse sentido, a imprensa e os meios de comunicação de massa vêm reforçando o processo de alienação, de modo a semear um sentimento de impotência diante dos noticiários veiculados, insistindo no conformismo e na aceitação passiva dos conteúdos noticiados, dificultando a capacidade de mobilização e reação da sociedade diante dos problemas sociais contemporâneos. No entender de Paulo Freire (1987, p. 34),

Um dos elementos básicos na mediação opressores-oprimidos é a prescrição. Toda prescrição é a imposição da opção de uma consciência a outra. Daí, o sentido alienador das prescrições que transformam a consciência recebedora no que vimos chamando de consciência “hospedeira” da consciência opressora. Por isto, o comportamento dos oprimidos é um comportamento prescrito. Faz-se à base de pautas estranhas a eles – as pautas dos opressores.

Os oprimidos, que introjetam a “sombra” dos opressores e seguem suas pautas, temem a liberdade, à medida em que esta, implicando na expulsão desta sombra, exigiria deles que “preenchessem” o “vazio” deixado pela expulsão, com outro “conteúdo” – o de sua autonomia. O de sua responsabilidade, sem o que não seriam livres.

Os meios de comunicação de massa do Brasil vêm se apoiando em redes de comunicação com interesses capitalistas (dominantes), de modo que as informações são parciais, o que expressa a não-neutralidade da veiculação de programas jornalísticos e de entretenimento.

Situações e ações como as veiculadas pela imprensa criam no imaginário popular a idéia de que algumas áreas da cidade devem ser evitadas, desestimulando e cerceando a liberdade de trânsito e de relação entre as pessoas. Cresce o sentimento de insegurança e medo, decorrente de um estranhamento mútuo, reforçado pela ênfase e insistência da imprensa nacional e internacional e dos meios de comunicação de massa na crueldade do ser humano: são relatos de adultos e velhos pedófilos, seqüestradores que não se constroem em roubar pais e matar crianças. Vive-se um momento em que a desumanização é tema manipulado por interesses que fragilizam os laços entre as pessoas, inculcando um olhar preconceituoso e individualista no tratamento dos dramas humanos. Porém, como afirma Freire (1987, p. 30), a desumanização é uma distorção, distorção da vocação humana e, por ser construção, deve ser enfrentada historicamente:

A desumanização, que não se verifica, apenas, nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais. É distorção possível na história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos.

O processo de desumanização, sem dúvida, está na opressão. Tanto os meios de comunicação quanto o sistema educacional brasileiros, em uma relação dialética entre

ambos, garantem a perpetuação da opressão e de suas raízes, que estão no modelo social e econômico constituído historicamente em nosso país. As inúmeras situações de violência que presenciamos não são resultado nem dos “desígnios de Deus” nem da natureza dos indivíduos que a cometem. As referidas duas instâncias de poder, meios de comunicação de massa e sistema educacional são servidores do Estado, de sua ideologia e de seu modelo concentrador de renda.

Nos meios de comunicação vimos a violência no monopólio centralizador das concessões de TVs e Rádios, no formato e conteúdos da programação, enquanto no sistema educacional deparamo-nos com a ausência de um projeto de nação emancipador, caracterizado pelos conteúdos alienantes, pela violação e sonegação da epistemologia e a hipocrisia dos dados estatísticos, sobretudo quando este apresenta o quadro numérico de professores e o quadro numérico da demanda. Em uma pesquisa que refletisse verdadeiramente as necessidades da realidade educacional, precisaríamos ampliar o número de professores para os grandes segmentos, tanto na Educação Básica como na Educação Superior. O resultado de tal hipocrisia é a consolidação da indústria do concurso público para o magistério o que, por sua vez, gera um modelo de comportamento competitivo. Paulo Freire (1987, p. 45) chama a atenção para a construção e formação de uma cultura de opressão na medida em que vão se permitindo a disseminação de valores e comportamentos individualistas e egoístas:

Em verdade, instaurada uma situação de violência, de opressão, ela gera toda uma forma de ser e comportar-se nos que estão envolvidos nela. Nos opressores e nos oprimidos. Uns e outros, porque concretamente banhados nesta situação, refletem a opressão que os marca. Na análise da situação concreta, existencial, de opressão, não podemos deixar de surpreender o seu nascimento num ato de violência que é inaugurado repetimos, pelos que têm poder.

Nesse sentido, Paulo Freire (1987, p. 34) contribui com a idéia de que é preciso que o oprimido busque reagir à manipulação do pensamento e ao cerceamento ideológico, de modo a conquistar uma real liberdade, uma real liberdade de pensamento, como afirma abaixo:

A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Não é também a liberdade um ponto ideal, fora dos homens, ao qual inclusive eles se alienam.

Não é idéia que se faça mito. É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos. Dai, a necessidade que se impõe de superar a situação opressora. Isto implica no reconhecimento crítico, na “razão” desta situação, para que, através de uma ação transformadora que incida sobre ela, se instaure uma outra, que possibilite aquela busca do ser mais.”

A seguir, trataremos da relação entre as categorias de pensamento do neoliberalismo penetram pela escola formal brasileira, através dos meios de comunicação de massa, sem que haja um sistemático trabalho de problematização da ideologia do consumo e da exploração do homem sobre o homem.

2 - Educação formal e neoliberalismo

A hegemonia da perspectiva neoliberal fica evidente através das políticas de Estado adotadas no Brasil, especialmente a partir dos anos 90. No caso das políticas educacionais, observa-se uma presença marcante através das avaliações nacionais, que adotam indicadores de interesse internacional, orientadas por uma lógica de eficácia e eficiência. O controle dos conteúdos veiculados se dá através dessas avaliações e do próprio controle na formulação dos livros didáticos. Faz parte das políticas educacionais neoliberais o fortalecimento da Educação Básica brasileira através da criação de fundo próprio para manutenção e financiamento das escolas públicas FUNDEF/FUNDEB.

Acompanhando a execução das políticas educacionais mas que sofre com as artimanhas dos poderes locais, especialmente nas regiões mais atrasadas em termos de fiscalização formal e da própria sociedade; escolas públicas são obrigadas a exercer uma autonomia nem sempre amadurecida entre seus membros. Práticas pedagógicas nas escolas públicas oficiais mantêm um distanciamento entre os alunos e os conhecimentos sistematizados: não sei se é por causa do padrão de formação dos professores ou se é por puro reprodutivismo da sociedade de classes. São práticas pedagógicas que se intimidam diante das pirotecnias dos programas de TV, dos vídeos-games e dos sites de relacionamento da internet e, por isso, levam os professores a submeterem-se aos programas assistidos por toda a população, sem um questionamento crítico e criativo diante dos valores burgueses e hegemônicos e da banalização da relação humana veiculados. Paulo Freire (1987, p. 45/46) faz uma interessante referência à consciência possessiva, presente no mundo do consumo como o que vemos veiculado insistente e exaustivamente pelas programações da TV e de outros meios de comunicação de massa.

Nesse sentido, cabe problematizar a concepção estritamente materialista, que predomina sobre os conteúdos presentes nos diversos programas preparados para a mídia em geral:

Esta violência, como um processo, passa de geração a geração de opressores, que se vão fazendo legatários dela e formando-se no seu clima geral. Este clima cria nos opressores uma consciência fortemente possessiva. Possessiva do mundo e dos homens. Fora da posse direta, concreta, material, do mundo e dos homens, os opressores não se podem entender a si mesmos. Não podem ser. Deles como consciências necrófilas, diria Fromm que, sem esta posse, "perderiam el contacto con el mundo". Daí que tendam a transformar tudo o que os cerca em objetos de seu domínio. A terra, os bens, a produção, a criação dos homens, os homens mesmos, o tempo em que estão os homens, tudo se reduz a objeto de seu comando. Nesta ânsia irrefreada de posse, desenvolvem em si a convicção de que lhes é possível transformar tudo a seu poder de compra. Daí a sua concepção estritamente materialista da existência. O dinheiro é a medida de todas as coisas. E o lucro, seu objetivo principal. Por isto é que, para os opressores, o que vale é ter mais e cada vez mais, à custa, inclusive, do ter menos ou do nada ter dos oprimidos. Ser, para eles, é ter e ter como classe que tem. (Pedagogia do Oprimido, pp. 45-46)

Nas propostas educacionais neoliberais, pouca contestação crítica se observa nos projetos escolares do predomínio do ter sobre o ser, o que aponta uma desvalorização das questões de uma formação ética humanista e solidária diante dos atrativos do mundo do consumo e das vaidades. Constata-se também que o sistema formal de educação no neoliberalismo acentuou a corrosão da identidade do professor. A indústria do livro didático destinado às escolas públicas, por exemplo, ganhou um espaço que resultou em grandes lucros para as editoras monopolizadoras e, somando-se a isto, continua a transformar o professor em mero tutor do material impresso. Se compararmos o ensino à distância (EAD) às atividades em sala de aula na Educação Básica, verificaremos que nesta situação a EAD já está mais presente em todas as escolas, uma vez que o material didático, muitas vezes restrito ao livro, ampliou a distância entre o mundo do professor e o dos alunos. Podemos dizer que o professor é o tutor presente diariamente, enquanto na EAD encontramos os tutores presentes semanal, quinzenal e/ou mensalmente para acompanhar o contato do aluno com o material didático.

Algumas políticas de Estado que buscam enfrentar a hegemonia neoliberal buscam “personalizar e qualificar” o trabalho pedagógico de modo a democratizar o acesso ao conhecimento sistematizado, destacando-se entre essas as iniciativas da Escola Cidadã. Personalizam o trabalho pedagógico no sentido de propiciar à escola formal um movimento de valorização de seus próprios saberes, de modo que o projeto

político-pedagógico seja reflexo dos anseios da comunidade escolar. Entretanto, dada a configuração dos mandatos municipais e estaduais subseqüentes, muitas iniciativas democrático-populares adotadas são esquecidas frente à ascensão e/ou eleição de administrações municipais conservadoras, o que leva as escolas dessa rede de ensino a sofrerem um processo de substituição e dissolução de projetos significativos. Qualificam no sentido de se promover uma gestão educacional cada vez mais participativa e democrática: nesse aspecto, ampliam-se as experiências acumuladas de implantação de conselhos escolares diferenciados, com natureza deliberativa; além de se multiplicar a realização de eleições de diretores de escola; finalmente, aspectos frágeis da escolar, como o movimento de enfrentamento às práticas de violência, discriminação e segregação, ganham adeptos na escola e na sociedade civil, destacando-se as experiências de grupos de educadores e pais envolvidos em projetos de Não-Violência e Cultura de Paz.

3 - Meios de comunicação: uma instância educativa e formadora?

No sé si eso puede ser una solución pero lo que sí sé es que el llamado cuarto poder, en manos de grandes corporaciones, no tiene ningún contrapeso, ningún control que impida convertir la mentira en noticia o simplemente que omita aquello que no le interesa al que paga. Desde la izquierda deberíamos de pensar en alternativas que contrarresten el principal sostén del sistema capitalista. Y no estoy defendiendo un recorte en la libertad de expresión sino todo lo contrario: que la libertad de expresión sea para todos y no solamente para los que tienen el poder económico en sus manos.

Porque de nada sirve que exista libertad de expresión si no se tienen los medios para poder ejercerla. Y un amplio sector de la sociedad no se ve reflejada en los grandes medios porque estos no dan acceso a quienes pueden ofrecer puntos de vista que pongan en cuestión la propia naturaleza de esos medios.

Pero además, creo que actualmente el imperio de las corporaciones mediáticas es el principal obstáculo para propiciar cambios en profundidad en nuestras sociedades. Por eso, al igual que habría que ir pensando en contar con una banca pública potente que compita en el mercado y en unas empresas públicas poderosas en los sectores estratégicos, también habría que pensar en un ministerio de Medios de comunicación que garantizara la libertad de expresión para todos. (www.rebellion.org)

Obviamente não queremos estabelecer uma relação dos meios de comunicação de massa com o papel de divulgação das ações governamentais sobre a educação brasileira, uma vez que a rádio e a TV abertas no Brasil se restringem a apenas transmitir informações recebidas do Ministério da Educação.

Trata-se da articulação dos meios de comunicação de massa com a ideologia neoliberal na conservação de categorias de pensamento sobre “isso ou aquilo”, reforçando a formação de uma lógica maniqueísta sobre a realidade. Pascual Serrano (2008) aponta em seu primoroso trabalho que não há um poder regulador da mídia de massa e, nesse sentido, o monopólio no Brasil faz o que bem quer com os fatos. Para nosso espanto, os três poderes clássicos (Executivo, Legislativo e Judiciário) se auto-regulam, mas se esses três poderes têm condições para a auto-regulação, o mesmo não acontece com o poder midiático.

No Brasil, os referidos poderes clássicos são apresentados na mídia aberta como poderes legal e reconhecidamente representativos, mesmo quando são, na dose certa, questionados em sua eficiência e eficácia. A estratégia é, sem dúvida, sofisticada na qual faz incorporar no ouvinte/telespectador a verdade dos fatos, e a verdade está na mídia de massa, cuja confiança da população é bem maior do que nos poderes executivos, legislativos e judiciários.

Todavia, nada acontece por acaso. O neoliberalismo, ao longo do avanço tecnológico dos meios de comunicação de massa, precisou de um instrumento poderoso para a manutenção de seus valores ideológicos. As rádios e TVs, todas privatizadas, estão nas mãos dos responsáveis pela política neoliberal, e esses mesmos sujeitos estão no Congresso Nacional, no Executivo e em parte do Judiciário. Vejam que na Mídia questiona-se a tudo, menos a si própria, o que a caracteriza como o carro-chefe na formação de categorias de pensamento na maior parte de nossa população: a mídia aberta é inquestionável. Paulo Freire (1987, p. 146) novamente contribui com a explicitação da manipulação do pensar sobre as camadas populares nas práticas antidialógicas:

A manipulação, na teoria da ação antidialógica, tal como a conquista a que serve, tem de anestesiar as massas populares para que não pensem. Se as massas associam à sua emersão, à sua presença no processo, sobre sua realidade, então sua ameaça se concretiza na revolução. Chame-se a este pensar certo de “consciência revolucionária” ou de “consciência de classe”, é indispensável à revolução, que não se faz sem ele. As elites dominadoras sabem tão bem disto que, em certos níveis seus, até instintivamente, usam todos os meios, mesmo a violência física, para proibir que as massas pensem. Têm uma profunda intuição da força criticizante do diálogo. Enquanto que, para alguns representantes da liderança revolucionária, o diálogo com as massas lhes dá a impressão de ser um que fazer “burguês e reacionário”, para os burgueses, o diálogo entre as massas e a liderança revolucionária é uma real ameaça, que há de ser evitada.

A inquestionabilidade da mídia, manifesto pelo seu antidiálogo com as massas populares, reflete o pressuposto de que não há liberdade de expressão no Brasil; e se não há, como poderemos nos convencer de que os fatos e discursos da grande mídia são verdadeiros e éticos? Os movimentos sociais populares que tanto põem em xeque a lisura e legalidade de diversas empresas privadas não são ouvidos, possuem espaços restritos para uma defesa quando são acusados na mídia aberta de baderneiros, invasores de terras produtivas, vandalismo, etc.

O que vemos é a nova configuração da opressão, ou seja, uma estratégia utilizada pelos opressores para se firmarem e se perpetuarem no poder. Nesse sentido, a Pedagogia do Oprimido permanece atual, inclusive como referencial de resistência e luta contra um elemento poderoso das forças conservadoras: “os meios de comunicação de massa”, cujo papel formador e educativo está sendo infinitamente mais eficiente e eficaz do que as escolas e as universidades brasileiras. Tratando dos conteúdos enfatizados pelas forças opressoras, Paulo Freire (1987, pp. 149/150) contribui com o conceito de invasão cultural e ajuda-nos a refletir sobre os condicionamentos de uma mídia comprometida com os valores e os interesses hegemônicos:

Finalmente, surpreendemos na teoria da ação anti-dialógica, uma outra característica fundamental, – a invasão cultural que, como as duas anteriores, serve à conquista. Desrespeitando as potencialidades do ser a que condiciona, a invasão cultural é a penetração que fazem os invasores no contexto cultural dos invadidos, impondo a estes sua visão do mundo, enquanto lhes freiam a criatividade, ao inibirem sua expansão. Neste sentido, a invasão cultural, indiscutivelmente alienante, realizada maciamente ou não, é sempre uma violência ao ser da cultura invadida, que perde sua originalidade ou se vê ameaçado de perdê-la. Por isto é que, na invasão cultural, como de resto em todas as modalidades da ação antidialógica, os invasores são os autores e os atores do processo, seu sujeito; os invadidos, seus objetos. Os invasores modelam; os invadidos são modelados. Os invasores optam; os invadidos seguem sua opção. Pelo menos é esta a expectativa daqueles. Os invasores atuam; os invadidos têm a ilusão de que atuam, na atuação dos invasores. A invasão cultural tem uma dupla face. De um lado, é já dominação; de outro, é tática de dominação.

Dentre as iniciativas de resistência e luta contra os valores dominadores neoliberais, surgiu a TELESUR, TV sediada na Venezuela, cujo objetivo é se contrapor à hegemonia da CNN americana, que mantém há muitos anos o controle sobre as “afiliadas” na América Latina: RCTV, GLOBO, SBT, etc. A linha editorial da TELESUR é caracterizada pela ética solidária e integradora dos países latino-

americanos, no sentido de viabilizar espaços de voz e de divulgação dos anseios e atividades dos movimentos sociais populares. A RTU no Equador segue a mesma trilha, assim como a Agência Boliviana de Informação.

Dessa forma, já estamos nos deparando na América Latina com governos mais comprometidos com a mudança da estrutura social e econômica, demonstrando explicitamente o rompimento com o imperialismo e o neoliberalismo. A seguir, apoiaremos-nos na iniciativa dos movimentos sociais para afirmar que a resistência e a luta contra a opressão pode se realizar através de projetos educativos críticos e propositivos.

4 - Educação nos movimentos sociais populares: resistência e luta

Entre outras iniciativas, temos acompanhado o desenvolvimento dos trabalhos do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que, desde 2004, vem amadurecendo o seu projeto de educação, à semelhança de iniciativas como a do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. O MAB é formado por pessoas que, direta ou indiretamente, sofreram modificações nas suas vidas em decorrência da implantação de usinas hidrelétricas: camponeses, trabalhadores rurais sem terra, meeiros, parceiros, diaristas, arrendatários, posseiros, indígenas, quilombolas, pescadores e mineradores. Nesse aspecto, é um movimento que organiza e se solidariza aos grupos sociais excluídos, compondo a Via Campesina.

De 2005 em diante, reunidos e mobilizados em torno da construção de uma Educação para o Campo, o Coletivo de Educação do MAB vem desenvolvendo atividades no Programa Brasil Alfabetizado e, assim, promovendo diversos encontros de articulação e formação político-pedagógico de seus militantes. Além de um caderno pedagógico que explicita os princípios e os objetivos da educação do movimento, encontros nacionais de formação das coordenações estaduais para avaliação e planejamento da caminhada e encontros de coordenadores estaduais, educadores e educandos foram realizados até o momento. Para o MAB (2005) e seu coletivo de educação, mantém-se o fundamento de orientação socialista para formação de uma sociedade alternativa ao capitalismo e ao imperialismo, o que leva a um posicionamento contra qualquer forma de exploração e opressão. Daí, entre os princípios pedagógicos estão: (1) a compreensão de que o atingido é sujeito histórico e sujeito do processo educativo e (2) a educação como processo de construção do projeto e da cultura socialista, inclusive na organização das ações concretas de enfrentamento aos projetos

neoliberais. Para a educação do MAB, é preciso ajudar o atingido a compreender o modo de ser e de viver que o hospedeiro do capitalismo instalou no campo, provocando e desafiando os sujeitos do campo e do Movimento a produzir novos movimentos, tanto objetivos como subjetivos.

Para concretização desses princípios pedagógicos, o movimento também assume o diálogo, na perspectiva libertadora, como princípio educativo acreditando, como afirma Paulo Freire (1987, p: 78) que “*existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar.*” Soma-se ao diálogo a gestão democrática das práticas de educação, o zelo, a liberdade e a solidariedade como atitudes nas práticas educativas.

Portanto, a Via Campesina tornou-se o espaço de resistência e luta mais expressivo e importante do nosso país, sobretudo quando compreende o papel dos meios de comunicação de massa e o sistema formal de ensino como inimigos do processo emancipatório e libertador.

5 - Conclusão

É possível inferir que a necessidade de reformulação do sistema formal de educação e dos meios de comunicação de massa é um fato. Todavia, para se implantar efetivamente uma reformulação será necessária uma revolução de caráter político e cultural para que seja possível corroer as atuais categorias de pensamento hegemônico que regem as atuais práticas sociais.

A nossa grande aposta está na continuação do trabalho de base dos movimentos sociais populares, cujas iniciativas no campo educacional são os pilares de sustentação da utopia de que é possível uma outra forma de organização da sociedade e da economia: mais humanizada e humanizadora.

Referências

ALBA RICO, Santiago. **Capitalismo y nihilismo**. Dialectica del hambre y la mirada. Akal Ediciones, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 38ª ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1987.

SERRANO, Pascual. **Medios violentos**. Palabras e imagenes para el odio y la guerra. El Viejo Topo, 2008.

TRINDADE, Gestine Cássia (org.) et al. **A educação no movimento dos atingidos por barragens**: caderno pedagógico. Tramandaí, Ísis, 2005.